

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 19ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 05 de Dezembro de 2019	Local: Escritório do Funbio – Rio de Janeiro
Horário: 10:00 às 16:00 horas	
Participantes com direito a voto: Representantes de membros institucionais: 04 participantes; Representantes de membros corporativos: 01 participante; Representantes de membros do governo: 00 participantes. Demais participantes: MMA: 02 participantes. ICMBio: 04 participantes. Funbio: 06 participantes. Outros: 07 participantes. Listagem completa de participantes: 24 participantes. Presidente da reunião: José Alentejano	

Agenda do dia:

I. INTRODUÇÃO: BOAS VINDAS, ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA

II. Apresentação sobre investimentos internacionais do Fundo de Transição

III. Governança do CFT

IV. Atualização sobre a recriação do Comitê do Programa Arpa

V. Proposta de alteração do mandato de investimento local

VI. Deliberação sobre retorno a Unidades auditadas - UCs Auditoria 5%

VII. Apresentação de resultados do Planejamento Operacional 2020/2021

VIII. Apresentação das principais ameaças e oportunidades identificadas durante as oficinas de planejamento para as UCs Arpa e resultados alcançados com as ações implementadas pelo ICMBio no combate a incêndios e desmatamento nas UCs do Programa Arpa

IX. Reapresentação do plano de capacitação do Programa Arpa e deliberação do CFT

X. Reapresentação de proposta de Fundo de Contingência do Programa Arpa e deliberação do CFT

XI. Reapresentação da proposta de fomento a capacitação operacional de gestores para execução do Programa Arpa e deliberação do CFT

XII. Deliberação sobre desembolso para o próximo biênio

XIII. Apresentação sobre o projeto Lira

XIV. Construção da agenda de trabalho do CFT para 2020

XV. ENCERRAMENTO

I. INTRODUÇÃO: BOAS VINDAS, ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO, AGENDA DO DIA

Participantes: Avecita Chicchón (Gordon and Betty Moore Foundation), Meg Symington (WWF-US), Florian Arneth (KfW), Tiago Alves (Anglo American), Luiza Souza (Anglo American), Mariana Napolitano (WWF-BR), Renata Gatti (UCP/MMA), Marco Bueno (UCP/MMA), Manoel Serrão (Superintendente de Programas/Funbio), Fábio Ribeiro (Gerente ARPA/Funbio), Thales do Carmo (Assistente de Projetos/Funbio), Aylton Coelho (Superintendente de Planejamento e Gestão/Funbio), Marilene Viero (Funbio), Danielli Fernandes (ICMbio), Camila Lobo (ICMBio), Fernanda Santos (ICMBio), Iranildo Coutinho (ICMBio), Edegar Bernardes (Funbio), Adriana Moreira

(WB), Alan Burdin (Anglo), José Augusto Alentejano (WWF), Suzana Pádua (IPE), Fabiana Prado (IPE) e Neluce Soares (IPE).

José Alentejano abre a reunião dando boas-vindas a todos e passando a pauta do dia. Passa a palavra para o Fábio Ribeiro, que apresenta algumas alterações na pauta enviada anteriormente.

Alentejano pergunta aos presentes se há algum ponto a ser adicionado a pauta, sem manifestações.

Fábio Ribeiro apresenta o quadro de deliberações e encaminhamentos da última reunião, realizada em 29 de agosto de 2019.

II. Apresentação sobre investimentos internacionais do Fundo de Transição

Alentejano abre o ponto explicando que o Fundo de Transição do Arpa tem 100 milhões de dólares investidos em fundos *offshore* com a Julius Bär (JB) e há recursos geridos localmente no Brasil com a Pragma. Aylton apresentou a equipe da Julius Bär, composta pela gestora do portfólio do Arpa, Silvia Wegmann e pelos gerentes de contas, Gian-Reto Cavelti e Bruno Matias. Segue a apresentação da Julius Bär para o Comitê do Fundo de Transição, de acordo com conteúdo descrito abaixo.

Silvia Wegmann inicia mencionando que trouxe duas apresentações e que faria uma mescla da informação de modo a otimizar o tempo e abordar temáticas de maior interesse para o grupo. O foco central da apresentação foi o crescimento do ramo de investimentos sustentáveis no mundo e como a Julius Bär estruturou um sistema para selecionar empresas sustentáveis para compor o seu pool de investimentos.

Uma *timeline* apresentada demonstrou como a temática de sustentabilidade ambiental penetrou e evoluiu nas estratégias de investimento das empresas desde 1989 até 2019. Nela, é possível notar que temática em 1989 tinha como foco central a proteção da camada de ozônio, evoluindo rapidamente ao longo de 20 anos até chegar a temas atuais como plástico nos oceanos e reciclagem. Além dos filtros usuais, o mandato do FT do ARPA veta investimentos em negócios como tabaco, armas, pornografia, petróleo e gás, energia nuclear, dentre outros.

A Julius Bär adota um pacote de critérios para seleção de empresas levando em consideração a sustentabilidade social e ambiental das mesmas. O primeiro critério é a análise das políticas da empresa, algo que pode ser subjetivo e por isso é apenas ponto de partida. Para complementar, há um segundo pilar, representado pela averiguação se a empresa tem meios de avaliar de forma independente seus resultados em relação às questões ambientais. Neste segundo pilar, políticas envolvidas em controvérsias são excluídas. Isto não é um critério rígido já que há uma compreensão que até certo nível, erros são toleráveis.

O terceiro pilar e mais importante é a governança das empresas, mencionada como uma parte muito importante neste ramo de negócios, e nesta análise inclui-se o quão difundidos estão os valores na empresa. A empresa não pode ser focada apenas em seus acionistas, é preciso considerar os *stakeholders*. O filtro de governança averigua o sistema de incentivos dentro da empresa, como por exemplo se há indicadores de performance focados em aspectos de sustentabilidade social e ambiental. Importante também averiguar como separar empresas que realmente se empenham em questões ambientais daquelas que apenas adotam procedimentos mínimos para subsidiar ações de marketing (*green washing*).

Com base na aplicação destes critérios, atualmente há 650 empresas selecionadas pela Julius Bär como aptas ao investimento com bases em sustentabilidade social e ambiental. A seleção de investimentos também leva em conta outros seis temas: Baixo carbono, água, uso eficiente de recursos, nutrição, saúde e empoderamento econômico.

Não fazer o mal não é suficiente para a seleção; a Julius Bär afirma que busca investir nas empresas que trabalham com foco na melhoria do bem-estar do mundo. O intuito neste caso consiste em cobrir 17 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Foi citado o exemplo da empresa Adidas, que passou a investir em toda sua cadeia de valor após uma polêmica com sua linha de produção. Isso aumentou as receitas da empresa apesar de uma despesa inicial, e hoje puxa as demais empresas do setor para que façam o mesmo. Outro caso é o da Novo Nordisk e da Vestas.

Aylton questiona se há alguma questão sobre teste em animais e a equipe da JB responde que sim, as empresas que fazem teste em animais são excluídas mesmo quando o teste é obrigatório por lei.

A Julius Bär responde que, no portfólio de investimentos do Arpa, não há empresas que realizam testes com animais, mesmo as do ramo alimentício, por exemplo. Silvia Wegmann fala também sobre a utilização da lista da CITES para a tomada de decisão sobre empresas que devem compor a carteira de investimento em ações do Arpa e que isso tem estimulado a Julius Bär a se desenvolver neste âmbito.

Finalizada a apresentação, os doadores agradecem pelos esclarecimentos. As apresentações serão disponibilizadas aos presentes na reunião.

III. Governança do CFT

Manoel Serrão inicia apresentando um slide que ilustra a governança do Programa Arpa. Apresenta o CFT colocando a necessidade de formalizar a indicação de representantes do governo. Fala sobre o encaminhamento de representação do governo no CFT. Fala também sobre as instâncias da governança do Programa e passa a palavra para Renata Gatti apresentar a nova composição do Comitê do Programa (CP).

Florian Arneth coloca que ainda não foi esclarecido pelo MMA o porquê da redução da representação dos doadores no Comitê do Programa (CP), assim como das entidades da sociedade civil. Menciona o Acordo em Separado do KfW para o Programa Arpa, que coloca que qualquer alteração no Projeto precisa passar pelo CFT, sendo a reformulação do CP um exemplo que se enquadra nesta cláusula, devendo então ser objeto de deliberação no CFT.

Renata Gatti coloca que a reformulação da composição do CP foi resultado da necessidade de respeitar as novas regras do governo no que tange à composição de comitês e conselhos. Adriana Moreira pergunta se no Acordo em Separado ou no contrato do KfW é mencionada a composição e estrutura do CP. Florian informa que as normativas precisam ser as do período de assinatura do contrato. Se algo foi modificado nessas normativas, há uma mudança de concepção do programa, o que demanda uma votação no CFT para validação.

Adriana Moreira pergunta se seria possível uma votação posterior; Florian Arneth informa que sim e que isso poderia ser realizado numa reunião futura do CFT ou mesmo em uma extraordinária.

Assim, Florian se compromete a realizar consulta interna no KfW e retornar ao CFT com respostas. Fica definida uma reunião extraordinária entre 10 e 15/01/2020 apenas dos membros doadores do CFT, para uma tomada de decisão acerca da nova composição do CP. Será encaminhado um formulário on line para a definição da melhor data para a reunião.

Sobre a indicação de representante da sociedade civil, Mariana Napolitano pergunta como será estabelecido o critério para seleção do representante. Renata Gatti coloca que o processo de seleção será nos moldes do realizado com o CONAMA, considerando as organizações civis que desempenhem notório papel na Amazônia. Adriana Moreira menciona que o processo do CONAMA foi por sorteio e isso não seria condizente. A mesma dúvida é colocada por Florian Arneth.

Adriana Moreira sugere que sejam identificadas as entidades cadastradas no CNEA (Cadastro Nacional de Entidades Ambientais), que seja realizada uma chamada, e de acordo com as manifestações de interesse seja realizada a (eleição ou sorteio), isso realizado com base numa lista de critérios.

Marco Bueno responde que o CNEA possui mais de 40 entidades cadastradas e que será realizada uma votação como nos moldes da escolha atual. Renata Gatti vai realizar discussões internas para continuidade do processo de escolha. MMA vai consultar seu jurídico sobre as questões levantadas na reunião e irá detalhar o processo para seleção de membros da sociedade civil. Renata Gatti finaliza a apresentação informando sobre os próximos passos em relação a estruturação do Comitê do Programa, mencionando que será dado início à fase de convites para representações do governo.

Manoel Serrão dá continuidade à apresentação sobre governança, retomando os papéis de instâncias do Programa que se encontram esvaziadas ou inoperantes. Propõe também a estruturação de um calendário de reuniões para atuação destas instâncias e conhecimento do Painel Científico de Aconselhamento, Fórum Técnico, Comissão de Gestores, Comitê do Programa e CFT.

Finalmente, foi pontuado que é preciso que os Acordos de Cooperação entre MMA, ICMBio e Funbio sejam assinados para não comprometer a continuidade do Programa.

Encaminhamentos:

- Será gerado um formulário online para definição de data para uma reunião dos membros doadores do CFT em janeiro de 2020. O objeto da reunião deve ser a composição do Comitê do Programa Arpa.
- MMA deve realizar consultas internas e delinear como será o processo de escolha da representação da sociedade civil no Comitê do Programa.
- A UCP/MMA se compromete em acionar e/ou reestruturar instâncias do programa que estejam inoperantes e estabelecer um calendário de reuniões ao longo de 2020 a ser compartilhado com o CFT, buscando sinergia dentro da estrutura de governança do Programa.
- MMA e ICMBio devem buscar a assinatura dos Acordos de Cooperação entre MMA, ICMBio e Funbio para não comprometer a continuidade do Programa.

IV. Atualização sobre a recriação do Comitê do Programa Arpa

Foi apresentado no âmbito do tema anterior (Item III – Governança do CFT).

V. Proposta de alteração do mandato de investimento local

Alentejano inicia colocando que no exterior os investimentos vêm dando bons resultados e que no Brasil vem acontecendo o mesmo. Tanto os investimentos em renda fixa quanto em renda variável têm apresentado resultados bastante satisfatórios. O fundo de recursos alocados no Brasil em 31 de outubro de 2019 alcançou R\$ 156 milhões, apesar de ter sido adotada uma estratégia conservadora, sobretudo se avaliada em âmbito internacional.

Alentejano informa que o cenário está mudando e que dificilmente serão alcançados resultados como estes no futuro, se mantida a estratégia atual. A modelagem feita pela Pragma indica que não será possível atingir 3% a.a. de retorno real líquido de impostos e taxas se mantidos os limites da política de investimento atual. Portanto, será necessário aumentar o risco dos investimentos ou reduzir a meta de retorno.

Foi solicitado à Pragma a apresentação de uma estratégia de investimento que ficasse dentro deste patamar de retorno mas com segurança. Três opções de investimento foram apresentadas. A continuação da política atual; uma que daria retorno de 3%, porém com maior nível de risco; e outra que consistia em uma carteira intermediária, que poderia resultar em 2,6% a.a com risco moderado, porém com política um pouco mais agressiva que a atual.

Alentejano comenta que a Comissão de Gestão de Ativos (CGA) do Funbio recomendou a opção de 2,6%, que seria um degrau mais arriscado do que a atual, não se tratando, no entanto, de uma opção tão arriscada quanto buscar o retorno de 3%. Lembrou também que o CFT é autônomo para tomar essa decisão independente da CGA.

Como encaminhamento, Alentejano sugere que cada representante leve a proposta para discussão interna em suas organizações e se posicione se está de acordo com a recomendação da CGA. Adriana Moreira pergunta qual o horizonte de impacto da mudança e se a mesma é facilmente reversível. Alentejano responde que estima que o prazo para reversão de tal mudança seria de um a dois anos.

Tiago Alves pergunta onde a recomendação foi feita e Alentejano informa que foi na Comissão de Gestão de Ativos do Funbio. Aylton coloca que essa seria a primeira revisão na política desde 2017 e que é natural realizar ajustes de tempos em tempos.

Alentejano pergunta se preferem deliberar imediatamente. KfW informa que prefere realizar consulta interna, GEF/WB informa que é favorável a ser mais agressivo e que a tendência é confiar nos gestores escolhidos para gerir o recurso, mas que também vai realizar consulta interna. Moore, WWF US e Anglo concordaram com a proposta da CGA.

Encaminhamento:

- KfW vai consultar internamente sobre a alteração na política de investimentos dos recursos do Fundo de Transição. Demais doadores apoiam a decisão, aproveitando para realizar consultas em suas instituições.

VI. Deliberação sobre retorno a Unidades Auditadas - UCs Auditoria 5%

Manoel Serrão comenta que é importante retomar aos pontos de auditoria para dar encaminhamento a cada questão levantada. Fábio Ribeiro ressalta que o importante seria voltar dois anos depois para dar tempo das UCs implantarem e colocarem em operação as melhorias apontadas pela auditoria. Recomenda visitar uma das seis UCs auditadas.

Manoel Serrão informa que o Funbio deverá fazer o acompanhamento dos pontos por meio de sua auditoria interna, que cobrirá anualmente as seis Unidades. Em adição, a auditoria externa revisitaria uma Unidade após dois anos. Essa visita poderia ser feita com base na criticidade de algum ponto ou de uma Unidade que tenha obtido um resultado geral crítico.

Avecita Chicchón questiona como são selecionadas as UCs. Fábio responde que são feitas de forma parcialmente randômica (contemplando OGs estaduais e federal, ou seja, randômica dentro de um recorte), e para o caso do exercício 2018 houve uma UC indicada pelo MMA, a RDS do Rio Iratapuru.

Deliberação:

- Auditar cinco Unidades por ano, sendo uma visita após dois anos que uma determinada UC foi originariamente auditada, não aumentando assim o escopo da contratação das auditorias.

VII. Apresentação de resultados do Planejamento Operacional 2020/2021

Fábio Ribeiro inicia a apresentação sobre o planejamento dos POs 2020/2021, começando pelo reporte de resultados financeiros do Programa, contendo a evolução dos dados de julho para outubro de 2019. Em seguida, apresentou uma revisão dos resultados do relatório J, considerando a contrapartida de pessoal do Acre (corrigida) e adição da RESEX da Baía do Tubarão, criada pelo ICMBio.

Fábio Ribeiro também apresentou os principais resultados das oficinas de planejamento informando que o planejamento 20/21 foi conduzido de acordo com o alinhamento realizado na reunião do CFT de 29 de agosto de 2019, que preconizou a realização de um planejamento com base no novo plano de consolidação utilizando os recursos apresentados no Relatório J.

Também foi mencionado o avanço na qualidade do planejamento, que encerrou com quase todos os POs inseridos no sistema cérebro ainda em 2019, um marco no planejamento do Programa. Fábio Ribeiro coloca que os POs planejados se encontram em fluxo de aprovação, sendo que para 33 UCs estaduais os planejamentos estão prontos para entrar em atividade já no início de janeiro de 2020. Um cronograma de implantação está alinhado entre os parceiros e espera-se iniciar a ativação de todos os POs do Programa entre 10 e 31/01/2020.

Florian Arneth pergunta por que houve redução do recurso planejado para monitoramento e proteção, se no período houve aumento de desmatamento. Fábio Ribeiro cita a estratégia de consolidação associada ao modelo financeiro do Programa e Renata Gatti cita a diferença de desembolso do outro biênio para este. De acordo com o modelo de custos, muito da diferença vem do fato de que os planos de proteção estão feitos. Manoel Serrão afirma que este é um ponto crítico, inclusive há um pedido do ICMBio para aporte adicional em proteção.

Florian Arneth pergunta se estratégias de proteção mais eficazes para a Amazônia estão sendo adotadas pelo governo e manifesta preocupação sobre o fato de que os aportes do governo para

este tema possam estar diminuindo. Requisita então uma reunião com o alto escalão do MMA para que os doadores possam debater este tema.

Avecita Chicchón questiona o que é o Marco Referencial Operacionalização e Fábio Ribeiro diz que é um recurso para gastos diversos que contribuem para consolidação da Unidade. Iranildo Coutinho e Danielli Roig reforçam a fala, dando exemplos cotidianos e reiterando a ideia de que é importante inclusive para proteção que haja um recurso genérico. Avecita Chicchón e Florian Arneht questionam se há gastos administrativos em Operacionalização. Renata Gatti e Iranildo Coutinho respondem que sim, mas que há também outras fontes contribuindo, como orçamento e outros projetos similares ao ARPA. Adriana Moreira comenta que haver muito recurso em proteção e operacionalização é um ponto positivo, já que isso significa maior presença *in loco*, o que é uma questão fundamental para a conservação.

Renata Gatti retoma a apresentação do MMA sobre o planejamento 20/21, incluindo um gráfico sobre os remanejamentos pedidos pelos gestores a partir dos recursos aportados pelo modelo. Proteção e Monitoramento foram os que mais receberam remanejamentos. Operacionalização e instalações os que mais perderam recursos.

Renata Gatti prossegue falando sobre a estratégia de recursos centralizados no ICMBio sede para alguns temas, como proteção, com a CGPRO (Coordenação Geral de Proteção). Foram citados também os valores de cada Coordenação do ICMBio Sede. Esclareceu-se também que parte dos recursos é mobilizado de UCs do Programa visando uma macrogestão realizada pelas coordenações no ICMBio Sede. Além dos valores já mobilizados para as coordenações, de acordo com as interações e negociações realizadas nas oficinas de planejamento, seria necessário aportar um recurso adicional no valor de R\$ 965 mil para a Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (COMOB) e R\$3,27 milhões para a CGPRO.

Renata Gatti reapresentou o plano de consolidação das Unidades, considerando as conversas que ocorreram com os gestores nas oficinas. Assim, a nova curva proposta é mais suave que a apresentada no CFT de agosto, embora a consolidação continue ocorrendo em 2026. Informou que o programa está com 39 UCs consolidadas e 42 em vias de consolidar, faltando um ou dois Marcos Referenciais, das quais 36 devem estar consolidadas até 2021. Citou ainda que a Resex Rio Branco Jauaperi, criada com apoio do ARPA, pleiteou a entrada no Programa, de modo que o mesmo chegaria a 120 UCs apoiadas.

Mariana Napolitano comenta que há uma preocupação com a proteção, que envolve outros temas. A taxa de desmatamento nas UCs do ARPA aumentou 66% de um ano para o outro, ao passo que nas UCs não ARPA aumentou 35%. Reforça que é preciso entender o ocorrido, além de compreender as limitações associadas ao contexto político e presença de pessoal nas UCs. Isso estaria além de todo o recurso que o Programa pode aportar e de toda boa vontade dos doadores. Complementa dizendo que oito UCs concentram quase todo o desmatamento do ARPA e, em seguida, questiona como a UCP vê isso e o que pode ser feito. Florian diz que isso pode ser tratado na reunião com o alto escalão e Renata e Marco concordam, informando ainda que a previsão era que o Secretário de Biodiversidade estivesse presente nesta reunião. Marco complementa dizendo que esta é uma oportunidade de reativar o Painel Científico de Aconselhamento, sendo o desmatamento uma agenda permanente. O representante do painel se reportaria ao CFT por meio da UCP.

Adriana Moreira coloca a necessidade de resolução do problema de pessoal nas UCs e reforça que esta demanda por pessoal está associada a outros apoios que ajudam a realizar a gestão na UC.

Iranildo Coutinho acrescenta que a demanda por pessoal passa pela questão de apoio de pessoas que não necessariamente são gestores. Fala também da necessidade do Arpa apoiar a geração de renda nas localidades do projeto. Trata-se de uma questão complexa, que depende de análises detalhadas.

Mariana Napolitano pergunta se seria possível monitorar de perto algumas áreas críticas do Programa, se o desmatamento cresceu, se há uma desafetação em curso, etc. Marco Bueno concorda e diz que é uma boa oportunidade de reativar o Painel de Acompanhamento Científico do Programa. Esse painel deveria ser permanente inclusive.

Camila Lobo dá continuidade à apresentação falando sobre as ameaças enfrentadas pelas UCs federais do ARPA, com base em dados oficiais levantados pelo órgão. Foi dado ênfase ao fogo e ao desmatamento. Adriana Moreira pergunta se há sobreposição entre queimada e desmatamento, como esperado. Camila diz que não fez essa pergunta mas pode, na próxima reunião, levar um técnico do ICMBio para maior detalhamento.

Iranildo Coutinho apresenta alguns exemplos práticos da realidade de gestão da ESEC Maracá-Jipioca, da qual é gestor. Inicia sua fala sobre ameaças a UCs e prossegue com uma exposição feita a pedido dos gestores sobre a desmobilização da conta vinculada e substituição pelo cartão de despesas locais. Iranildo aborda a realidade local de algumas UCs e a necessidade de engajar a economia local, dando inclusive um retorno no IDH. Apresenta dados sobre o uso da conta vinculada num conjunto de 21 UCs. Neste recorte, os POs tiveram um planejamento de 33% de recursos em conta vinculada com a execução de 75% contra 47% de execução dos recursos planejados via Funbio. O slide seguinte apontou os protocolos em atraso nas 21 Unidades analisadas. Comenta ainda a redução de teto versus a desvalorização do real nos últimos 25 anos. Iranildo apresenta como proposta dos gestores do Programa Arpa um aumento de teto de conta vinculada para UCs com PO acima de 500 mil e que não haja a limitação de R\$ 3 mil por mês nesta modalidade.

Alentejano informa que o assunto da conta vinculada foi trazido na reunião de 29 de agosto. O CFT reconhece que a conta vinculada oferece riscos para a execução do Programa Arpa e sua utilização deve ser minimizada. Adriana Moreira complementa que a conta vinculada traz problemas na prestação de contas, com implicações na auditoria do BM, por exemplo, e que a motivação para a mudança em curso vem dos doadores e não do Funbio.

Alentejano acrescenta que o Funbio deverá fazer ajustes no processo de implantação e considerar as condições locais de operação de cada UC.

Encaminhamentos/Deliberações:

- ICMBio se compromete a levar na próxima reunião do CFT pessoal técnico especializado para esclarecimentos acerca de dados de queimadas e desmatamento.
- A desmobilização da conta vinculada e substituição pelo mecanismo despesas locais é demanda dos doadores e o Funbio como executor deve considerar as particularidades das UCs no processo de implantação da mudança.

VIII. Apresentação das principais ameaças e oportunidades identificadas durante as oficinas de planejamento para as UCs Arpa e resultados alcançados com as ações implementadas pelo ICMBio no combate a incêndios e desmatamento nas UCs do Programa Arpa

Marco Bueno realiza a apresentação, colocando quais as principais ameaças reportadas pelos gestores. Um total de 88 UCs foram consultadas nas Oficinas e 34 delas reportaram o garimpo como a principal ameaça. A pesca ilegal (31 registros) foi a segunda ameaça mais mencionada. A extração de madeira a terceira, com 29 citações, sendo o asfaltamento de estradas da Amazônia um dos vetores, como a BR 319. Como quarta ameaça foi mencionada a segurança aos agentes/gestores (28 registros), onde há locais em que gestores não conseguem ir até as UCs ou localidades específicas nas UCs, o que notadamente traz impactos para a consolidação destas áreas. A quinta ameaça mais citada foi o fogo, destacada por 27 UCs.

Em relação às oportunidades relatadas pelos gestores, destaca-se a contratação de equipe (32 citações), o aumento na frequência de fiscalização (26 registros), a integração institucional e o trabalho conjunto com parceiros locais e órgãos de fiscalização (22 registros), a construção de bases para as Unidades (13 registros) e o estabelecimento de sistemas remotos de monitoramento de pressões e ameaças (12 registros).

IX. Reapresentação do plano de capacitação do Programa Arpa e deliberação do CFT

Renata Gatti inicia a apresentação, contendo as 13 iniciativas que deverão ser executadas com o recurso, o valor necessário e o MR apoiado por cada uma das ações. Neste sentido, cabe destaque para as ações que contribuem para a Proteção, sendo este o Marco Referencial mais citado. Requisita-se, com isto, o valor total de R\$ 2.712.000,00, a ser utilizado ao longo do biênio 2020/2021.

X. Reapresentação de proposta de Fundo de Contingência do Programa Arpa e deliberação do CFT

Fábio Ribeiro inicia a apresentação focando nos custos, já que, como comentado por Alentejano, a proposta de estruturação do fundo já havia sido discutida no CFT de agosto de 2019. Manoel destaca que é importante separar isto do risco da operação do Funbio, que a instituição já gerencia e mitiga. Foram destacados os últimos três eventos que poderiam ser contingenciados, a saber, acidente com óbito (junho de 2016), processo trabalhista por serviços prestados (julho de 2018) e perda material de veículo alugado (novembro de 2018). Juntos, estes eventos ocasionaram uma despesa no montante de 135 mil reais.

Fábio Ribeiro segue reiterando a proposta de criação de um fundo de contingência no valor de R\$ 200 mil por biênio, cujo valor seria planejado em um Plano Operativo específico para essa finalidade. Em casos de necessidade, o PO ficaria disponível para pronto uso do Gestor Financeiro, mediante documentação do evento ocorrido e prestação de contas para o CFT. Não havendo despesas, o montante seguiria disponível para o biênio seguinte, em havendo despesas o recurso seria restituído ao valor de R\$ 200 mil.

XI. Reapresentação da proposta de fomento a capacitação operacional de gestores para execução do Programa Arpa e deliberação do CFT

Fábio Ribeiro inicia a apresentação explicando que é necessário capacitar os gestores de forma continuada, especialmente pela alta rotatividade dos gestores e pela necessidade de reciclagem. Como solicitado na reunião de 29 de agosto, apresenta resultados dos cursos realizados no biênio atual, com resultados de uma avaliação realizada pelo Funbio em cada um dos cursos com os

gestores. Adicionalmente é apresentado um conjunto de indicadores a serem monitorados pelo Funbio em relação ao impacto e qualidade do curso de capacitação por ele realizado.

Florian Arneith pergunta se o recurso é totalmente destinado ao ARPA ou atende a outros projetos. Fábio Ribeiro responde que o público do curso são apenas os gestores do Arpa. O Funbio propõe a realização anual de dois cursos nas OEMAS ou CRs do ICMBio na Amazônia e uma edição no Funbio, com custo de R\$ 206.200,00 por biênio.

XII. Deliberação sobre desembolso para o próximo biênio

Terminadas as apresentações e pleitos de recursos, o presidente do CFT requisita uma breve reunião com os doadores em separado para deliberação sobre os tópicos recém-apresentados.

Após a reunião dos doadores, Alentejano informa que em duas semanas apresentarão uma decisão em relação ao desembolso para o Biênio 2020/2021, estruturado com base nos recursos apresentados no Relatório J. Também em duas semanas trarão um retorno sobre os pleitos relativos ao Fundo de Contingência e capacitação de gestores Arpa, ambos apresentados pelo Funbio.

Adicionalmente, os doadores informaram que a deliberação sobre o recurso complementar centralizado para Capacitação no Programa Arpa (MMA), Monitoramento da Biodiversidade (ICMBio) e Proteção das UCs (ICMBio), será feita após reunião de representantes dos doadores com o Presidente do ICMBio e Secretário de Biodiversidade do MMA.

Ademais, foi citado que o aporte de recursos adicionais, se aprovado, deverá ser monitorado. Assim, será necessário explicitar os objetivos que deverão ser alcançados com estes recursos, bem como a forma de acompanhar e de reportar os resultados obtidos. O Presidente do CFT ressalta ainda que os doadores entenderam a demanda, mas querem ter a confiança de que o recurso será devidamente aplicado nos assuntos discutidos na reunião. Florian Arneith destaca que na reunião com o MMA e o ICMBio precisam ser discutidas também as contrapartidas do Governo ao Programa Arpa.

Alentejano solicitou também que, em situações futuras similares a esta, os doadores sejam subsidiados com informações com pelo menos quinze dias de antecedência, de modo que possam chegar na reunião embasados o suficiente para deliberar sobre os temas apresentados.

Deliberações/Encaminhamentos:

- Membros do CFT se comprometem a apresentar em duas semanas o resultado sobre a deliberação acerca do desembolso para o biênio 2020/2021, de acordo com valores reportados no relatório J;
- Membros do CFT se comprometem a apresentar em duas semanas a deliberação sobre os pleitos do Funbio acerca do Fundo de Contingência e Curso de Capacitação de Gestores do Arpa;
- Membros do CFT condicionam à realização de uma reunião com o Secretário de Biodiversidade do MMA e Presidente do ICMBio a deliberação acerca dos pleitos de recursos apresentados pelo MMA para a capacitações no âmbito do Programa Arpa e recursos adicionais para Proteção e Monitoramento da Biodiversidade destinados ao ICMBio;

- Membros do CFT deliberam que, em sendo aprovada a liberação dos recursos adicionais objeto de pleito do MMA e ICMBio, estes serão objeto de monitoramento para acompanhamento dos resultados obtidos com os recursos;
- Doadores solicitam que assuntos para deliberação do CFT sejam encaminhados aos membros do CFT com no mínimo duas semanas de antecedência.

XIII. Apresentação sobre o projeto Lira

A equipe do IPE, composta por Suzana Pádua (presidente), Fabiana Prado e Neluce Soares, inicia a apresentação sobre o LIRA, Legado Integrado da Região Amazônica. Trata-se de um projeto que nasceu para atuar de forma complementar ao ARPA e que foi construído ao longo de 2 anos de debate. Conta com recurso da Moore ($\frac{1}{4}$) e Fundo Amazônia ($\frac{3}{4}$). É executado em parceria com a SEMA - AM, ICMBio, FUNAI e IDEFLOR-Bio (PA), dentre outras instituições, sendo o foco voltado para a gestão integrada com as organizações da sociedade civil e demais atores locais.

Há dois componentes que dividem os recursos disponíveis. 75% do montante está voltado para áreas protegidas, por meio de chamada pública de projetos com recursos do Fundo Amazônia. Ações complementares deste componente são bancadas com recursos da Moore, voltadas para pequenos projetos de grupos indígenas e extrativistas. O outro componente é o de articulação, gestão do conhecimento e integração dos territórios.

A atuação é feita em seis blocos territoriais englobando 86 áreas protegidas: 43 UCs e 43 TIs. Destas, 23 UCs estão no ARPA. O primeiro edital foi de 40 milhões, com 9 projetos selecionados em seis blocos territoriais na Amazônia.

Outras ações serão focadas em projetos pequenos de até R\$ 150 mil, totalizando R\$ 6 milhões. O intuito é fazer o recurso chegar na ponta, facilitando a ação de atores ainda não estruturados e que, de outro modo, não acessariam recursos como os do Fundo Amazônia, que demandam alto nível de organização das instituições.

Ao fim da apresentação, foi exibido um vídeo sobre o projeto (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mZnvpzBlq-E>).

Ipê, Funbio e MMA acertam de marcar reuniões em paralelo para troca de informações e aumento da interlocução entre os projetos.

Adriana Moreira pergunta se a contratação de pessoas está inserida no Lira. Fabiana Prado coloca que não. Adriana pergunta como se deu o detalhamento deste projeto e se é possível compartilhar o detalhamento dos acordos legais de como se realizou as contratações do MOSUC, para que isso possa ser analisado no contexto do Arpa. Suzana responde que o IPE tem ACT com o ICMBio e termo de parceria com as instituições que contratam as pessoas via CLT para fazer o trabalho necessário. O risco de processo trabalhista foi precificado e incluindo na proposta.

Manoel Serrão colabora colocando que poderia ser realizado um olhar mais aprofundado nas áreas apoiadas pelo Lira e Arpa colocando essas informações para análise dentro dos colegiados do Programa que lidam com os aspectos mais operacionais como Fórum Técnico, visando identificar sinergias e oportunidades.

Adicionalmente Manoel Serrão fala sobre o Fundo Kayapó que está sendo apoiado pelo Funbio com diversos desafios. A exemplo ele coloca a dificuldade de lidar com a FUNAI, que passa por momento difícil. Fabiana Prado coloca que também tiveram alguma dificuldade para lidar com a FUNAI com algumas idas e vindas após pleitos e interações iniciadas com a instituições, sobretudo na tentativa de obtenção de anuências, que com as trocas de gestão dentro da FUNAI, acabou por ser impactado.

Suzana Pádua informa que foi realizada uma reunião no Ipê com a participação das instituições indígenas. A interação mudou a relação com esses parceiros e ao final a disseminação de uma impressão positiva melhorou muito o entendimento do projeto por parte delas.

Manoel coloca que o maior problema está sendo levar instituições indigenistas para dentro de áreas indígenas. Suzana coloca também que um dos aspectos importantes para o projeto foi o diálogo com o Funbio, que ajudou na estruturação do projeto. Com base nesta lógica a parceria entre Arpa e Lira será extremamente útil. Manoel Serrão coloca que é desafiador lidar com a efetividade do investimentos e ameaças as áreas, o que pode inclusive colocar em risco os investimentos de longo prazo. Isso precisa ser levado em consideração e analisado sob ótica de prioridades dentro desta parceria buscando dar as respostas esperadas “sem impactar” as estratégias em curso.

Por fim, Adriana Moreira menciona novamente a experiência do MOSUC, colocando que a iniciativa teve impacto positivo onde foi implantada e que tem interesse em investir neste tipo de projeto com recursos, possivelmente do GEF. Também menciona que tal discussão precisa ser realizada no âmbito do Programa Arpa. Alentejano e Adriana Moreira ficam de conversar sobre o tema com o Funbio.

Encaminhamentos:

- MMA, Ipê e Funbio ficam de marcar reuniões e manter um diálogo entre projetos buscando identificar sinergias e oportunidades comuns.

XIV. Construção da agenda de trabalho do CFT para 2020

Alentejano propõe a realização de três reuniões anuais e todos concordam. Todos os presentes concordam com as seguintes datas e cidades:

09/04 – Brasília

06/08 – Brasília

03/12 – Rio de Janeiro

XV. ENCERRAMENTO

Alentejano agradece a participação de todos e parabeniza os envolvidos pelo trabalho de planejamento realizado.

Quadro de Informes, Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
Encaminhamento: Será gerado um formulário online para definição de data para uma reunião dos membros doadores do CFT em janeiro de 2020. O objeto da reunião deve ser discutir a composição do Comitê do Programa Arpa.	Funbio
Encaminhamento: MMA deve realizar consultas internas e delinear como será o processo de escolha da representação da sociedade civil no Comitê do Programa.	UCP/MMA
Encaminhamento: A UCP/MMA se compromete em acionar e/ou reestruturar instâncias do Programa que estejam inoperantes e estabelecer um calendário de reuniões ao longo de 2020 a ser compartilhado com o CFT, buscando sinergia dentro da estrutura de governança do projeto.	UCP/MMA
Encaminhamento: MMA e ICMBio devem buscar a assinatura dos Acordos de Cooperação entre MMA, ICMBio e Funbio para não comprometer a continuidade do Programa.	UCP/MMA, ICMBio e Funbio
Encaminhamento: KfW vai consultar internamente sobre a alteração na política de investimentos dos recursos do Fundo de Transição. Demais doadores apoiam a decisão, aproveitando para realizar consultas em suas instituições.	KfW
Deliberação: Auditar cinco Unidades por ano, sendo uma revisita após dois anos que uma determinada UC foi originariamente auditada, não aumentando assim o escopo da contratação das auditorias.	Funbio
Encaminhamento: ICMBio se compromete a levar na próxima reunião do CFT pessoal técnico especializado para esclarecimentos acerca de dados de queimadas e desmatamento.	ICMBio/MMA
Deliberação: A desmobilização da conta vinculada e substituição pelo mecanismo despesas locais é demanda dos doadores e o Funbio como executor deve considerar as particularidades das UCs no processo de implantação da mudança.	Doadores CFT
Encaminhamento: Membros do CFT se comprometem em apresentar em duas semanas o resultado sobre a deliberação acerca do desembolso para o biênio 2020/2021, de acordo com valores reportados no relatório J.	Doadores CFT
Encaminhamento: Membros do CFT se comprometem em apresentar em duas semanas a deliberação sobre os pleitos do Funbio acerca do Fundo de Contingência e Curso de Capacitação de Gestores do Arpa.	Doadores CFT

Quadro de Informes, Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
<p>Encaminhamento: Membros do CFT condicionam à realização de uma reunião com o Secretário de Biodiversidade do MMA e Presidente do ICMBio a deliberação acerca dos pleitos de recursos apresentados pelo MMA para a capacitações no âmbito do Programa Arpa e recursos adicionais para Proteção e Monitoramento da Biodiversidade destinados ao ICMBio.</p>	<p>UCP/MMA</p>
<p>Encaminhamento: Membros do CFT deliberam que, em sendo aprovada a liberação dos recursos adicionais objeto de pleito do MMA e ICMBio, estes serão objeto de monitoramento para acompanhamento dos resultados obtidos com os recursos.</p>	<p>Doadores CFT</p>
<p>Deliberação: Doadores solicitam que assuntos para deliberação do CFT sejam encaminhados aos membros do CFT com no mínimo duas semanas de antecedência.</p>	<p>Doadores CFT</p>
<p>Encaminhamento: MMA, Ipê e Funbio ficam de marcar reuniões e manter um diálogo entre projetos buscando identificar sinergias e oportunidades comuns.</p>	<p>MMA, Funbio e IPÊ</p>

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

<p>MEMBROS CFT INSTITUCIONAIS:</p> <hr/> <p>Avecita Chicchón Gordon and Betty Moore Foundation</p> <hr/> <p>Florian Arneth KfW</p> <hr/> <p>Gustavo Fonseca</p>

GEF/BR

José Augusto Alentejano

WWF/Brasil

Meg Symington

WWF/US

MEMBRO CFT CORPORATIVO

Tiago Alves

Anglo American

MEMBRO CFT GOVERNO

João Paulo Sotero

MMA

Marcelo de Paula

MPOG

EQUIPE TÉCNICA GOVERNO:

Renata Gatti

MMA

Marco Bueno

MMA

CONSULTOR INTRÍNSECO:

Paulo Carneiro

Presidente ICMBio

SECRETARIA EXECUTIVA CFT:

Rosa Lemos

Secretária Geral/Funbio

Manoel Serrão

Superintendente de Programas/Funbio

Fábio Ribeiro Silva

Gerente do Programa Arpa/Funbio

Lista de Presença



Reunião do Comitê do Fundo de Transição – 05/12/2019
Rio de Janeiro

LISTA DE PRESENÇA – 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO				
Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
01	Adriana Moreira	Banco Mundial	amoreira@worldbank.org	
02	Aldo Souza	Anglo American	aldo.souza@angloamerican.com	
03	Avecita Chicchón	Gordon and Betty Moore	avecita.chicchon@moore.org	
04	Camila Lobo	DPES/ICMBio	camila.lobo@icmbio.gov.br	
05	Danielli Fernandes	DPES/ICMBio	danielli.fernandes@icmbio.gov.br	
06	Edegar Silva	Assistente de Projetos/Funbio	edegar.silva@funbio.org.br	
07	Fábio Ribeiro	Gerente ARPA/Funbio	fabio.ribeiro@funbio.org.br	
08	Fernanda Santos	DPES/ICMBio	fernanda.santos@icmbio.gov.br	
09	Florian Arneth	KfW	florian.arneth@kfw.de	
10	Gustavo Fonseca	GEF	gfonseca1@thegef.org	
11	João Paulo Sotero	MMA	joaopaulo.sotero@mma.gov.br	
12	José Augusto Alentejano	WWF	alentejano@pobox.com	
13	Luiza Souza	AngloAmerican	luiza.souza@angloamerican.com	
14	Manoel Serrão	Superintendente de Programas/Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
15	Marcelo Moisés de Paula	MPOG	marcelo.paula@planejamento.gov.br	
16	Marco Bueno	MMA	marco.bueno@mma.gov.br	
17	Mariana Ferreira	WWF-Brasil	marianaferreira@wwf.org.br	
18	Marilene Viero	Coordenadora – Controle Financeiro / Funbio	marilene.viero@funbio.org.br	
19	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
20	Renata Gatti	MMA	renata.gatti@mma.gov.br	
21	Rosa Lemos de Sá	Secretária Geral/Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	

